



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 08/02/2019 das 9h30 às 16h00**

**Local: Fecam – Estreito/Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

- Janaina Mendes – ANAMMA;  
Fernanda Maria F. Vanhoni - ABES;  
Patrice Juliana Barzan - Casan  
Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;  
Alexandre Trevisan - CREA;  
Célio Haverroth – EPAGRI;  
Schirlene Chegatti (**Relatora**) – FACISC;  
Fabiane Nobrega Scalco (**Secretaria**) – FIESC;  
Juliana Plácido – FECAM;  
Ivana Becker – IMA SC;  
Mateus Stallivieri da Costa – OAB;  
Luiz Antonio Garcia Correa – SDS.

**Convidados:**

Luiz Henrique da Silva - FIESC

**II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

**1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.**

**2) Discussão e elaboração de minuta de resposta aos ofícios nº 134/2018 e 135/2018 da Secretaria de Meio Ambiente de Joinville, referente ao enquadramento para fins de licenciamento ambiental de Oficinas de Pintura de Veículos e Condomínios Residenciais.**

**Discussão:**

- a) Avaliada a solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville – SAMA, ofício n.134/2018 que questiona o enquadramento da atividade de oficinas de pintura de veículos. Foram analisados os códigos 11.50.01, 12.80.10 e 71.00.00, em função das atividades envolvidas. Constatou-se que na versão anterior da listagem de atividades passíveis de licenciamento pelo Consema (Resolução n. 13/2012) as oficinas automotivas eram enquadradas de forma errônea na categoria de indústria no código 12.80.00. Entretanto, a correção foi realizada pela inclusão da atividade, que se trata de um serviço, no código 71.00.00 das resoluções Consema n. 98 e 99/2017. Entretanto, avaliando as atividades contempladas pelo código 11.50.01 decidiu-se pela nova redação com objetivo de deixar mais claro que se trata de licenciamento aplicável para atividade industrial. Os termos funilaria e latoaria referem-se a atividades praticadas dentro de indústrias. Conforme solicitado na última reunião, FACISC avaliou que a alteração da redação não prejudica a realização da atividade industrial ou de serviços, podendo ser adequada a redação conforme proposta estudada pela CTL.

**Nova redação:**

**11.50.01** – Estamparia e funilaria industrial, com tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: P Geral: G

Porte Pequeno: AU (3) ≤ 0,2 (EAS)

Porte Médio: 0,2 < AU (3) < 1 (EAS)

Porte Grande: AU (3) ≥ 1 (EAS)

**Encaminhamento** - (a): elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências de resposta ao requerente indicando o uso do código 70.00.00 por se tratar de prestação de serviço para veículos automotores. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da



50 Resolução n. 98/17 e 99/17 para o ano de 2019.

51

52 b) Avaliada a solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville –  
53 SAMA, ofício n.135/2018 que questiona sobre o licenciamento relativo ao  
54 enquadramento de Condomínios Residenciais abrangidos pelos códigos 71.11.01,  
55 71.11.02, 71.11.06 que se encontram em área de expansão. Conforme avaliado pelos  
56 membros da CTL o licenciamento é aplicável observando as seguintes condições  
57 previstas pelas Resoluções Consema n. 98 e 99/2017 e suas alterações:

58 ✓ Não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de  
59 2001;

60 ✓ Não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.  
61 Neste caso não existindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto, embora esteja  
62 previsto no plano de expansão do município, se aplica o licenciamento ambiental.

63 Encaminhamento - (b): elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências  
64 de resposta ao requerente indicando o licenciamento caso o empreendimento se enquadre em  
65 todas as condições previstas pela resolução Consema 98 e 99/2017 e suas alterações.

66

67 **3) Solicitação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA).**

68 Discussão: Os representantes da FACISC, presentes na reunião da CTEA de dezembro/18,  
69 fizeram exposição de solicitação da Presidente da CTEA, Sra. Vanessa Cecconi. De acordo  
70 com a Sra. Schirlene, está tramitando na CTEA uma proposta de Resolução que “define  
71 critérios para instituição de programas de educação ambiental apresentados como medidas  
72 mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais  
73 emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)”. E, devido a interface com  
74 o licenciamento ambiental, requer a presidente da CTEA que a CTL proceda a análise do  
75 material, e agendamento de reunião conjunta, esta que inclusive já foi solicitada em plenária  
76 do Consema.

77 Encaminhamento: encaminhar aos membros a minuta da CTEA para avaliação prévia e  
78 discussão na próxima reunião.

79

80 **4) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 025/2018 do Conselho**  
81 **Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tubarão - COMDEMA, referente ao**  
82 **enquadramento para fins de licenciamento ambiental de Funerárias e Terraplanagem;**

83 Discussão: Quanto a terraplanagem, os membros da CTL observaram que esta atividade não  
84 é passível de licenciamento pois geralmente está vinculada a uma atividade licenciada. Além  
85 disso, é objeto de fiscalização. Entretanto, tendo em vista que o ofício não justifica a  
86 motivação para o licenciamento da atividade a representante da Anamma da CTL irá verificar  
87 mais informações sobre a demanda, uma vez que o município de Blumenau está autorizando  
88 a terraplanagem. Acerca do licenciamento de funerárias, foi pontuado alguns aspectos da  
89 atividade, ligados a procedimentos da Vigilância Sanitária. Fernanda (ABES) irá minutar ofício  
90 para envio a Vigilância Sanitária questionando os procedimentos de fiscalização para essa  
91 atividade.

92 Encaminhamento: pautar para reunião da CTL após retorno das ações elencadas acima pelos  
93 membros.

94

95 **5) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 104/2018 do Consórcio**  
96 **Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, referente ao licenciamento ambiental da**  
97 **atividade de extração de cascalho (cascalheiras);**

98 Discussão: O ofício apresentado pelo Cisama solicita alteração da Resolução Consema n.º  
99 98/17 para inclusão de atividade dentro do Programa de Regularização de Cascalheiras de  
100 utilidade pública frente ao IMA e a Agência Nacional de Mineração. O Cisama apresentou  
101 como justificativa para o pedido:

102 - o licenciamento ambiental como uma pré-condição para obtenção do registro de extração



103 junto a ANM (antigo DNPM);  
104 - nos requerimentos de registro de extração protocolados junto a ANM pelo programa, tem  
105 sido solicitado o prazo de 30 dias para apresentação da licença ambiental;  
106 - o objetivo de solicitar AuA é simplificar e agilizar o processo de regularização junto ao órgão  
107 ambiental e a ANM;  
108 - a LAC substituiria a vistoria do órgão ambiental considerado maior entrave para obtenção da  
109 AuA, uma vez que estabelecido antecipadamente as medidas preventivas, mitigadoras e  
110 compensatórias, bem como as ações de monitoramento ambiental relacionados à lavra ou  
111 beneficiamento do saibro (cascalho);  
112 - a LAC disciplinaria a atividade de interesse público, com atendimento a IN 07 e obrigação de  
113 apresentação de PRAD no encerramento da atividade de lavra;  
114 - a LAC e o Registro de Extração em nome do município implica na aplicação de sanções  
115 administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais;  
116 - o prazo de validade da licença deverá ser de cinco anos para estar em conformidade como o  
117 prazo concedido no Registro de Extração da ANM.

118 Proposta:

119 *00.12.03 -Lavra a céu aberto por escavação e/ou com desmonte por explosivo de saibro*  
120 *(cascalho) em processo de Registro de Extração do Município junto a ANM, com emprego*  
121 *direto na construção, manutenção e melhoria de estradas da malha viária dos Municípios e*  
122 *outros fins de interesse público, sem propósito de comercialização.*

123 *Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G*

124 *Porte Pequeno:  $1.200 \leq PA \leq 24.000$  (AuA)*

125 *Porte Médio:  $24.000 < PA < 120.000$  (RAP)*

126 *Porte Grande:  $PA \geq 120.000$  (EAS)*

127 *Essa atividade será licenciada por meio de expedição de Licença de Adesão ou Compromisso*  
128 *– LAC com prazo de validade de cinco anos*

129 Encaminhamento: Juliana (FECAM) irá convidar para próxima reunião representante do  
130 Cisama para participar da próxima reunião da CTL.

131

132 **6) Proposta IMA para licenciamento e enquadramento de atividade de Estações de**  
133 **Rádio Base – ERBs, de Radiodifusão de sons (RADIO) e Radiodifusão de Imagens e**  
134 **Sons e apensado o Ofício GABP/DILIC 188 Solicitação de Licenciamento por LAC de**  
135 **Antenas de Telecomunicações com Estrutura em Torre ou Poste e Compartilhamento**  
136 **de Estrutura em Torre ou Poste para Antenas de Telecomunicações Licenciamento de**  
137 **Antenas; e**

138 Discussão: IMA apresentou uma proposta oriunda do Geólogo David Ferreira da Rosa  
139 Fernandes. Enquadramento atual conforme a Resolução CONSEMA nº. 98/2017:

140 **34.16.00 – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste.**

141 Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: M **Proposta: Solo: P Geral: P**

142 Porte Pequeno:  $FR \leq 100$  (RAP)

143 Porte Médio:  $100 < FR < 10.000.000$  (RAP)

144 Porte Grande:  $FR \geq 10.000.000$  (EAS)

145 **34.16.10 – Compartilhamento de estrutura em torre ou poste para antenas de**  
146 **telecomunicações.**

147 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: M Geral: M **Proposta: Solo: P Geral: P**

148 Porte Pequeno:  $FR \leq 100$

149 Porte Médio:  $100 < FR < 10.000.000$

150 Porte Grande:  $FR \geq 10.000.000$

151 A atividade de compartilhamento será licenciada apenas por meio da expedição de Licença  
152 Ambiental de Instalação – LAI e Licença Ambiental de Operação – LAO.

153 Propõe-se a criação de mais duas categorias, com o objetivo de facilitar e diferenciar as  
154 atividades de Telecomunicações e Radiodifusão, a separação se faz necessária  
155 principalmente para que se possa estabelecer diferentes parâmetros de medição, uma vez



156 que a Radiodifusão fica no mesmo patamar da Telefonia inclusive com o mesmo porte e  
157 potencial poluidor. A proposta de separação visa corrigir essa diferença e estabelecer um  
158 critério de avaliação mais justo para as atividades e de Telefonia e Radiodifusão, inclusive  
159 corrigindo principalmente o potencial poluidor classificado como "M", sendo água = P, ar = P e  
160 o solo = M. O potencial poluidor "M", onde se encontram várias atividades bem mais  
161 poluidoras não condizem com a atividade de Telefonia e de Radiodifusão, além do que são  
162 atividades enquadradas e reconhecidas de interesse social e de utilidade pública de uma  
163 grande penetração na sociedade formadora de opinião.  
164 Para tanto se propõem a seguinte mudança:  
165 Para Radiodifusão acrescentar os Códigos 34.16.20, 34.16.30 – Radiodifusão de sons e  
166 Radiodifusão de imagens e sons:  
167 34.16.20 – Radiodifusão de transmissão de sons (rádios).  
168 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P  
169 Radio (OM e FM)  
170 Porte Pequeno: kW  $\leq$  10  
170 Porte Médio: 10 < kW < 50  
172 Porte Grande: (OM) 50 < kW  $\geq$  200  
173 Porte Grande: (FM) 50 < kW  $\geq$  100  
174 34.16.30 – Radiodifusão de transmissão de sons e imagens (televisão).  
175 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P  
176 Televisão (TV, RTV)  
177 Porte Pequeno: kW  $\leq$  16  
178 Porte Médio: 16 < kW < 160  
179 Porte Grande: 160 < kW  $\geq$  1600  
180 Televisão (RpTV, SARC Radio e SARC TV)  
190 Porte Pequeno: kW  $\leq$  10  
191 Porte Médio: 10 < kW < 50  
192 Porte Grande: 50 < kW  $\geq$  100  
193 Kw = Kilowatts  
194  
195 Em reunião da CTL, representantes da ACAERT declararam que a frequência de trabalho de  
196 rádio e televisão é usualmente de 100 a 470 MHz e potencial de 10kW. Quando houver a  
197 migração digital a televisão irá operar em uma frequência de cerca de 800 MHz e potência de  
198 800 W. A ACAERT justificou que o objetivo é compatibilizar a avaliação ambiental com a  
199 economia do segmento.  
200 Foi avaliado que o impacto para a telefonia no caso de alteração de faixas de porte das  
201 atividades abrangidas pelos códigos **34.16.00/34.16.10. Historicamente para criar o código de**  
202 **antenas de celulares era exigido EIA/RIMA.** A alteração dos portes e potencial poluidores  
203 influenciaria outras atividades como os serviços de telefonia e celular, demanda já pacificada  
204 há alguns anos (conforme Leis Estaduais n. 12.864/04, 14675/09 e Lei Federal n 13.116/15).  
205 Desta forma buscando compatibilizar a legislação com as atividades envolvidas incluindo  
206 aquelas declaradas pela ACAERT acatou-se a sugestão do IMA, conforme Ofício GABP/DILIC  
207 n. 188/19 para adoção de LAC para estas atividades, conferindo uniformidade para  
208 implantação e operação das antenas de telecomunicação, mantendo-se os mesmos  
209 parâmetros.  
210 **Nova redação:**  
211 **34.16.00** – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste.  
212 Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: M  
213 Porte Pequeno: FR  $\leq$  100 (RAP)  
214 Porte Médio: 100 < FR < 10.000.000 (RAP)  
215 Porte Grande: FR  $\geq$  10.000.000 (EAS)  
216 Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Licença de Adesão ou Compromisso  
217 - LAC





218 **34.16.10** – Compartilhamento de estrutura em torre ou poste para antenas de  
219 telecomunicações.  
220 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: M Geral: M  
221 Porte Pequeno:  $FR \leq 100$   
222 Porte Médio:  $100 < FR < 10.000.000$   
223 Porte Grande:  $FR \geq 10.000.000$   
224 Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença de Adesão ou  
225 Compromisso - LAC  
226 Encaminhamento: elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências de  
227 resposta ao requerente. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da Resolução  
228 n. 98/17 e 99/17 para o ano de 2019.

229  
230 **7) Assuntos Gerais.**

- 231  
232 a) **Minuta de resposta ao e-mail recebido através da Ouvidoria da SDS referente a**  
233 **atividade de fabricação de calçados e artigos de couro e peles, considerando a**  
234 **verificação in loco da FECAM** – Foi realizado estudo pela FECAM, que na próxima  
235 reunião trará representante para discutir sobre o tema.  
236 b) **Revisão da Resolução Consema n. 10/2010** – secretaria da CTL irá encaminhar  
237 alterações propostas pela Anamma e Floram juntamente com quadro comparativo das  
238 **alterações** para análise da CTAJ.  
239 c) **Recebida demanda Epagri – solicitação de alteração da Resolução Consema n.**  
240 **98/17 e 99/17 tendo em vista a publicação da Lei Estadual 17.622/2018, que altera**  
241 **a Lei nº 15.736, de 2012, que dispõe, define e disciplina a piscicultura de águas**  
242 **continentais no Estado de Santa Catarina.** Foram apresentadas as justificativas pela  
243 Epagri através do formulário da CTL. Será dado continuidade na próxima reunião.  
244 d) **Formulário CTL** – secretaria da CTL irá solicitar para a secretaria do Consema o uso  
245 do formulário padronizado pela CTL para solicitações acerca do licenciamento  
246 ambiental.  
247 e) **Questionamento Anamma sobre descrição do parâmetro VT = Volume do Tanque**  
248 **(m3), disponível no Anexo VII – Siglas e Abreviaturas das Resolução n. 98/17 e**  
249 **99/17 e sua aplicação na atividade 42.32.00 Comércio de combustíveis líquidos e**  
250 **gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema**  
251 **retalhista e outras atividades da mesma categoria estar influenciando a**  
252 **aplicação do porte mínimo para licenciamento.** O parâmetro de enquadramento VT  
253 = Volume do Tanque (m3) será alterado para Volume de Tancagem (m3) que se refere  
254 a soma do volume armazenado em todos os tanques do empreendimento. A nova  
255 redação será incluída na revisão do Anexo da Resolução n. 98/17 e 99/17 para o ano  
256 de 2019.

257  
258 **f) Memorandos/Ofícios pendentes de aprovação para próximas reuniões:**

260	<b>001/2019</b>	Manifestação referente à solicitação oriunda da ouvidoria quanto à regulamentação do art. 39 do Código Ambiental	Tendo em vista o cancelamento da última reunião do Plenário, após consulta à Vice-Presidência do CONSEMA, decidiu-se dar seguimento à CTL para análise e emissão de parecer (ou de proposta/minuta), referente à solicitação oriunda da ouvidoria quanto ao questionamento se há regulamentação do art. 39 do Código Ambiental, que é de competência do CONSEMA. Stevens Spagnollo/ANS - Engenheiro / Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Blumenau
266	<b>002/2019</b>	Manifestação sobre Esclarecimento de procedimento para licenciamento de Centro de Distribuição - Ofício	Questiona sobre qual procedimento deve ser adotado para licenciamento de Centro de Distribuição de produtos de vestuário que segundo a Resolução do CONSEMA esta atividade se enquadra no código 47.84.00-Terminal Rodoviário de Carga. No entanto, analisando a IN 68 do IMA para licenciamento de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA  
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

271		_RE/011/2018. Base	Terminais e Comércio Atacadista e Depósitos os técnicos do IMA
272		Ambiental	se posicionaram que no caso do empreendimento acima não
273			necessita de Licenciamento Ambiental devido o empreendimento
274			não transportar produtos perigosos. Já a FMDAS (Fundação de
275			Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do
276	003/2019	Manifestação acerca do	Ofício n.134/2018 questiona o enquadramento da atividade de
277		Ofício SAMA Joinville	oficinas de pintura de veículo sem função dos códigos 11.50.01,
278		n.134/2018 - Dúvida sobre	71.00.00 e das atividades envolvidas.
279		enquadramento de oficinas	Ofício n.135/2018 questiona sobre o licenciamento relativo ao
280		de pintura de veículos e	enquadramento de Condomínios Residenciais abrangidos pelos
281		Ofício SAMA Joinville n.	códigos 71.11.01, 71.11.02, 71.11.06 que se encontram em área
282		135/2018 - Dúvida sobre	de expansão da rede coletora e tratamento.
283		enquadramento de	
284	004/2019	Condomínios	
285		Proposta IMA para	Solicita alteração e inclusão de atividades enquadradas pelos
286		licenciamento e	códigos 34.16.00/34.16.10.Foi avaliado que o impacto para a
287		enquadramento de	telefonias no caso de alteração de faixas de porte das atividades
288		atividade de Estações de	abrangidas pelos códigos 34.16.00/34.16.10. Historicamente
289		Rádio Base – ERBs, de	para criar o código de antenas de celulares era exigido
290		Rádiodifusão de sons	EIA/RIMA. A alteração dos portes e potencial poluidores
291		(RADIO) e Rádiodifusão de	influenciaria outras atividades como os serviços de telefonia e
292		Imagens e Sons, apensado	celular, demanda já pacificada há alguns anos (conforme Leis
293		o Ofício GABP/DILIC 188	Estaduais n. 12.864/04, 14675/09 e Lei Federal n 13.116/15).
294		Solicitação de	Desta forma buscando compatibilizar a legislação com as
295		Licenciamento por LAC de	atividades envolvidas incluindo aquelas declaradas pela
296		Antenas de	ACAERT acatou-se a sugestão do IMA, conforme Ofício
297		Telecomunicações com	GABP/DILIC n. 188/19 para adoção de LAC para estas
298		Estrutura em Torre ou	atividades, conferindo uniformidade para implantação e operação
299		Poste e Compartilhamento	das antenas de telecomunicação, mantendo-se os mesmos
300		de Estrutura em Torre ou	parâmetros.
301		Poste para Antenas de	
302		Telecomunicações	
303		Licenciamento de Antenas.	
304	<b>g) Próximas reuniões 22/02/2019 e 29/03/2019.</b>		
305	<b>II - ENCERRAMENTO:</b>		
306	Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta		
307	convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de		
	todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene		
	Chegatti.		